

Informativo Regulatório



Ano 2 - Edição 02
10/01/22

Av. Paulista, 807 - conj. 2315 - São Paulo/SP

 www.dinamoenergia.com.br

 (11) 4210-2926

 contato@dinamoenergia.com.br

Publicações no D.O.U.....	1
Consultas e Audiências Públicas Abertas.....	3
Fique de Olho!.....	4
Deliberações da CCEE.....	4
Notícias, Artigos e Breves Análises	4

PUBLICAÇÕES no D.O.U.

03 a 07/jan

LEI 14.300/22 – Cria o marco regulatório de micro e minigeração distribuída, cria o Programa de Energia Renovável Social (PERS) e dá outras providências.

Comentário Dínamo: Será mantido o atual regime de compensação de energia até 2045, para os projetos de micro e mini GD existentes e aqueles com solicitação de acesso protocolada perante a distribuidora em até 12 meses. Após, iniciará um período de transição, escalonado até 2029, no qual a CDE deixará gradualmente de custear as componentes tarifárias. Dois dispositivos foram vetados: a possibilidade de divisão de usinas fotovoltaicas flutuantes em centrais geradoras de porte menor, para enquadramento nos limites de potência de micro ou minigeração; e o enquadramento dos projetos de GD no REIDI – coincidentemente, no mesmo dia, foi vetado projeto de lei que permitiria o parcelamento de dívidas de empresários individuais e microempresas, medidas que contribuiriam para a manutenção e desenvolvimento de pequenos negócios.

LEI 14.299/22 – Institui a subvenção econômica às distribuidoras com mercados inferiores a 350 GWh e cria o Programa de Transição Energética Justa (TEJ).

Comentário Dínamo: Ficou estabelecido que as tarifas das pequenas distribuidoras não poderão ser superiores às tarifas da distribuidora adjacente com mercado superior a 700 GWh/ano. O TEJ, por sua vez,

se destina à região carbonífera de Santa Catarina, antecipando o **provável** encerramento, até 2040, da atividade de geração termelétrica a carvão mineral nacional.

RES-CMSE 29/21 – Altera a redação do Art 6º, § 2º da **RES-CMSE 22/21**, que trata da integração das metodologias e programas computacionais utilizados pelas entidades do setor.

Comentário Dinamo: Com a nova redação, as alterações nos dados de entrada que não decorrerem de correção de erros ou de atualização serão implementadas para que tenham efeitos somente na formação de preço, suprimindo os efeitos "na definição da política operativa", constante na redação original.

DSP-ANEEL 4.213/21 – Dá provimento parcial à solicitação para homologação do CVU da UTE Araucária no valor de R\$ 2.084,34/MWh, no período de 01 até 31/jan, para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética e contabilização da geração verificada.

DSP-SPE/MME 35/21 – Aprova a Programação de Estudos de Planejamento de Transmissão da EPE para o ano de 2022.

PRT-SPE/MME 1.118/21 – Define o montante de garantia física de energia UTN Angra 3 em 1.282,7 MW médios, com validade a partir da entrada em operação comercial do empreendimento.

DSP-ANEEL 005/22 – Fixa a bandeira tarifária verde para o mês de jan/22, para os consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

DSP-ANEEL 013/22 – Revoga o **DSP 387/21**, que promoveu alterações na **REN 414/10** em cumprimento à determinação judicial, em razão do efeito suspensivo deferido por nova decisão judicial, em sede de agravo de instrumento.

DSP-ANEEL 017/22 – Habilita o Consórcio Bom Jardim, que negociou no Leilão 08/21 (A-5/21).

DSP-ANEEL 024/22 – Habilita a Alupar Investimento, Copel Comercialização e Safira, que negociaram energia no Leilão 09/21 (LEE A-1/21), sem prejuízo da análise dos documentos de habilitação da proponente vendedora remanescente (Brasil Comercializadora de Energias).

DSP-ANEEL 025/22 – Habilita as empresas Eletronorte, Kroma, Máxima Energia e Vivaz Energia, que negociaram energia no Leilão 10/21 (LEE A-2/21).

ADPF-STF 747 – O Tribunal, por unanimidade, declarou inconstitucional a Resolução CONAMA nº 500/2020, que revogava 3 outras resoluções anteriores do próprio órgão, que ficam agora imediatamente restauradas (Resoluções CONAMA 284/01, 302/02 e 303/02).

Comentário Dinamo: A Resolução CONAMA 500/20 *já estava suspensa* cautelarmente desde outubro/2020, sendo agora julgada no mérito. As normas que voltaram a vigorar continuam medidas protetivas ao meio ambiente em relação à irrigação, *áreas de preservação permanente (inclusive de reservatórios de usinas hidrelétricas)* e áreas de dunas, manguezais e restingas.

DSP-ANEEL 019/22 – Indefere o pedido de Medida Cautelar para diferimento das liquidações do MCP até o mês subsequente à efetivação da operação financeira de que trata a **MP 1.078/21**, protocolada pela ABRADDEE, por inércia da inicial.

CONSULTAS e AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ABERTAS

dispostas em ordem cronológica do prazo final para contribuições

Prazo	Assunto	Material
10/01 Último dia!	Minuta do Edital e Anexos do Leilão de Transmissão nº 1/2022-ANEEL	CP 71/21
20/01	Avaliação do Resultado Regulatório (ARR) da Norma de Organização nº 40 da ANEEL, aprovada pela REN 798/17 .	TS 19/21
24/01	Revisão dos Submódulos 2.14, 6.8, 6.16 e 7.11 dos Procedimentos de Rede, que tratam da instalação, manutenção e coleta dos dados do Sistema de Medição para Faturamento (SMF).	CP 74/21
24/01	Aprimoramento da alocação das cotas de garantia física de energia e potência de Angra I e II e de Itaipu para as distribuidoras com mercado próprio inferior a 700 GWh/ano e cálculo de componente financeiro para permissionárias de energia.	CP 75/21
28/01	Avaliar a necessidade de intervenção regulatória para a classificação de instalações estratégicas do Sistema Elétrico Brasileiro.	TS 20/21
30/01	Proposta do Orçamento Anual da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2022	CP 81/21
31/01	Proposta de apuração dos efeitos tarifários dos produtos mensais e plurianuais do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE).	CP 72/21
31/01	Consolidação dos atos normativos relativos à "Contratação de Energia".	CP 78/21
31/01	Proposta de consolidação de normas relativas ao tema Operação do Sistema Elétrico.	CP 79/21
02/02	Aprimoramentos da regulamentação relativa ao compartilhamento de infraestrutura entre os setores de distribuição de energia e de telecomunicações.	CP 73/21
02/02	Averiguação de eventual necessidade de intervenção regulatória para aprimoramento dos requisitos de confiabilidade das instalações de transmissão	TS 21/21
11/02	Proposta para a possibilidade de ilhamento de subestações de rede básica por instalações de geração e avaliação dos impactos na expansão e acesso às subestações devido aos traçados das linhas de transmissão no seu entorno.	TS 23/21
12/02	2ª fase da CP referente ao aprimoramento do processo de Liquidação Financeira dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.	CP 75/20
14/02	Revisão da Resolução Conjunta ANA-ANEEL 3/10 , que estabelece os procedimentos a serem observados pelos concessionários de geração de energia hidrelétrica para a instalação, operação e manutenção de estações hidrológicas.	CP 76/21
14/02	Aprimoramento do Programa de Resposta da Demanda, de que trata a REN 792/17 .	CP 80/21
14/02	Revisão da REN 696/15 , que estabelece critérios e ações de segurança de barragens fiscalizadas pela ANEEL, em função de alteração da Lei 12.334/10, que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens	CP 82/21 AP 32/21
14/02	Proposta de revisão da REN 697/15 , que normatiza a prestação e remuneração de serviços ancilares no SIN	CP 83/21
28/03	Aprimoramentos na regulamentação que define a metodologia para o estabelecimento de limites de DEC e FEC dos conjuntos de unidades consumidoras das distribuidoras.	TS 22/21

FIQUE de OLHO!

- No dia 19/01, a CCEE [realizará cobrança do Encargo de Energia de Reserva](#) referente à operação de dez/21.

DELIBERAÇÕES da CCEE

Reunião de **04/jan** – [link](#)

- Adesão de 18 consumidores especiais, 4 produtores independentes e 1 distribuidor (item 1);
- Desligamento por descumprimento de obrigação dos consumidores Moinho Vitoria, Esdeva Indústria Gráfica, Zap Gráfica Online, DM Hotelaria e Serviços, Franzoi Cia (MOINHO STO ANTONIO) e Nossa Indústria de Plásticos (itens 4, 6, 8, 9, 11 e 13).

NOTÍCIAS, ARTIGOS e BREVES ANÁLISES

CCEE realizou 9 leilões em 2021

Ao todo foram movimentados mais de R\$ 13 bilhões nos leilões: o 2º Leilão do Sistema Isolado, realizado em abril, foi o primeiro do ano, sendo negociado 54,7 MW. Em junho ocorreram 2 leilões de energia existentes, sendo contratados 162,5 MW. Já em julho e setembro houve os Leilões de Energia Nova (A-3, A-4 e A-5), com três certames realizados e R\$ 7 bilhões de investimentos. No último mês do ano, ainda foram realizados os Leilões de Energia Existente A-1 e A-2, movimentando R\$ 490 milhões e o 1º Leilão de Reserva de Capacidade, com 4.633 MW de potência contratada e investimentos de R\$ 6 bilhões.

Chuvas fazem com que três subsistemas superem sua média histórica

As regiões Norte, Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste, foram apontadas pelo PMO, para a semana operativa de 08 a 14 de janeiro, com suas [afluências acima da média histórica](#), com MLT de 224%, 135% e 124%, respectivamente. Já a projeção de capacidade para o final do mês nos reservatórios está em 40% para o Sudeste/Centro-Oeste, 73,2% para o Norte, 70,2% para o Nordeste e 34,8% para o Sul.

2021 termina com 7.562,08 MW de potência instalada no Brasil

O ano que se encerrou teve o [2º maior registro de nova potência instalada](#) no País, perdendo apenas para o ano de 2016, quando foram construídos 9.528 MW. A meta de 2021 foi superada em mais de 50% da previsão original (4.790,4 MW), sendo impulsionada pela ampliação da geração eólica (3.694,32 MW).

Edições Anteriores: <http://dinamoenergia.com.br/blog/>